



=(Unidade-Disciplina-Trabalho)=

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Direcção de Contabilidade Pública

# RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

I TRIMESTRE DE 2023

Abril de 2023

## **Relatório de Execução Orçamental**

Publicação Trimestral

Elaborado com informações de Execução Orçamental disponível até 31 de Março de 2023.

Disponível *on-line* em: [www.financas.gov.st](http://www.financas.gov.st)



Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul  
Direcção de Contabilidade Pública

### **Contributos:**

Direcção do Orçamento

Direcção do Tesouro

Direcção dos Impostos

Direcção das Alfandegas

# Índice Geral

Índice Geral .....	i
Índice de Tabelas .....	i
Índice de Gráficos.....	i
Lista de Siglas e Acrónimos .....	i
Apresentação.....	2
Apreciação Global .....	3
Parte I: ANÁLISE SEGUNDO A PERSPECTIVA FISCAL .....	5
I.1. Execução das Receitas Totais .....	5
i.1.1.Receitas Efectivas.....	6
I.1.2. Receitas Correntes .....	6
I.1.2.1. Receitas Fiscais.....	7
I.1.2.2. Receitas não Fiscais .....	14
I.1.3. Donativos .....	16
ANÁLISE DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS.....	18
I.1.1. Despesas Efectivas .....	18
I.1.2. Despesas Primárias .....	19
I.1.3. Despesas de Funcionamento .....	20
I.1.4. Despesas de Investimentos Públicos (PIP) .....	22
I.1.5. Despesas Financeiras (Amortização da Dívida Pública) .....	24
I.1.6. Principais Saldo Orçamentais.....	26
I.1.7. Financiamento do Défice Global .....	27
PARTE II: ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL .....	29
II.1. Análise da Execução Orçamental .....	29
II.1.1. Por Classificação Orgânica.....	29
II.1.2. Por Classificação Funcional .....	30
II.1.3. Por Localização Geográfica.....	32
II.1.4. Por Fonte de Recursos .....	32
II.1.5. Por Tipologia de Despesas.....	33

## Índice de Tabelas

Tabela 1: Resumo das Receitas Efectivas.....	6
Tabela 2: Detalhe do IRS .....	9
Tabela 3: Detalhe do IRC .....	9
Tabela 4: Detalhe do Imposto sobre Património.....	10
Tabela 5: Detalhe do Imposto sobre Comércio Externo .....	11
Tabela 6: Detalhe do Imposto sobre Consumo .....	13
Tabela 7: Detalhe do Imposto de Selo.....	13
Tabela 8: Detalhe das Taxas .....	14
Tabela 9: Despesas Totais Executadas.....	19
Tabela 10: Estoque da Dívida Pública até Março de 2023 .....	25
Tabela 11: Principais Saldos Orçamentais até Março de 2023 .....	26
Tabela 12: Resumo do Financiamento do Défice Global.....	27
Tabela 13: Execução por Classificação Orgânica .....	29
Tabela 14: Execução por Classificação Funcional.....	31
Tabela 15: Execução por Localização Geográfica .....	32
Tabela 16: Execução por Fonte de Recursos .....	33
Tabela 17: Execução por Tipologia Despesas .....	34

## Índice de Gráficos

Gráfico 1: Evolução e Estrutura das Receitas Totais Realizadas .....	5
Gráfico 2: Estrutura das Receitas Correntes Realizadas.....	7
Gráfico 3: Estrutura das Receitas Fiscais Realizadas .....	8
Gráfico 4: Estrutura das Receitas Não Fiscais .....	15
Gráfico 5: Evolução e Estrutura das Despesas Totais .....	18
Gráfico 6: Evolução e Estrutura das Despesas de Funcionamento .....	20
Gráfico 7: Evolução e Estrutura das Despesas de Investimentos Públicos (PIP) .....	23

## Lista de Siglas e Acrónimos

Acrónimos	Designação
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BCSTP	Banco Central de S. Tomé e Príncipe
BISTP	Banco Internacional de S. Tomé e Príncipe
BM	Banco Mundial
BP	British Petroleum
BT	Bilhete de Tesouro
CUT	Conta Única do Tesouro
CNP	Conta Nacional de Petróleo
ENCO	Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos
EU	União Europeia
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FMI	Fundo Monetário Internacional
HIPC	Heavily Indebted Poor Countries
NAP	Norma de Aplicação Permanente
OGE	Orçamento Geral do Estado
PIB	Produto Interno Bruto
PIP	Programa de Investimentos Públicos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RAP	Região Autónoma do Príncipe
SAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado
SFA	Serviços e Fundos Autónomos
TOFE	Tabela das Operações Financeiras do Estado
VOA	Voice of América

## Apresentação

Na observância da norma legal estabelecida através do artigo 36.º da Lei n.º 3/2007, de 12 de Fevereiro (Lei do SAFE - Sistema de Administração Financeira do Estado) associado com o artigo 18.º da Lei n.º 2/2022, de 19 de Janeiro (Lei que aprova o Orçamento Geral do Estado para 2022), elabora-se o presente relatório de execução orçamental de receitas, despesas e financiamento, referente ao primeiro trimestre de 2023, ou seja, o período compreendido de Janeiro a Março de 2023. Neste contexto, procedeu-se a análise dos valores executados das receitas e despesas, numa perspectiva de desempenho, face ao valor inicialmente aprovado bem como a comparação com o executado no período homólogo do ano precedente.

O princípio adoptado para análise das receitas e despesas executadas neste documento é de base caixa para as receitas e base compromisso para as despesas. A base compromisso que aqui se refere, corresponde a fase de liquidação das despesas, como definido no disposto pelo artigo 29.º da Lei n.º 3/2007, de 12 de Fevereiro (Lei de SAFE-e que aprova o Sistema de Administração Financeira do Estado), como sendo a etapa onde há apuramento e reconhecimento do valor que efectivamente há a pagar. Já a base de caixa reflecte o momento em que se efectiva a entrada dos recursos na caixa do Tesouro Público, ou seja, a fase de cobrança como sendo a acção de receber ou tomar posse da receita e subsequente entrega ao Tesouro Público (alínea c) do artigo 28.º da Lei de SAFE).

Este relatório encontra-se dividido em duas partes, sendo que, na primeira procedeu-se a análise fiscal da execução orçamental, com as devidas justificações, tanto ao nível de execução face ao programado como a sua variação homóloga, face ao mesmo período do ano transacto. Assim, por um lado, procedeu-se a análise das receitas correntes e das suas componentes, (segregadas em fiscais e não fiscais) e dos Donativos. Do lado das despesas, procedeu-se a análise das despesas correntes de funcionamento (incluindo Juros da Dívida e Despesas Consignadas), das despesas de investimentos públicos (PIP) e das despesas financeiras (Amortização da Dívida Pública). Finalmente procedeu-se a análise dos principais resultados orçamentais, bem como do financiamento, tanto interno como externo.

A segunda parte cingiu-se na análise da execução orçamental das despesas, tendo em consideração as classificações orçamentais (orgânica, funcional, localização geográfica, fonte de recurso e tipologia de despesas).

Para o período em análise, infelizmente não houve cumprimento do n.º 5 do artigo 17.º da Lei 2/2022, de 19 de Janeiro, no que diz respeito a análise das alterações orçamentais das despesas, de acordo com as classificações orçamentais, pelo facto da execução de despesas no período em análise não ter sido efectuado no Safe-e, impossibilitando efectuar reforços e consequentemente as distintas cativações.

## Apreciação Global

Tendo em conta a não elaboração e aprovação do Orçamento Geral do Estado para o ano de 2023, para o efeito de análise, a execução orçamental do período compreendido de Janeiro a Março do ano 2023, tomou-se como base o cumprimento da Lei n.º 2/2022, de 19 de Janeiro (Lei que aprova o OGE para o ano de 2022), o que possibilitou a análise da execução das receitas, despesas e financiamentos previstos para o período em análise, como consta no presente relatório.

Em abordagem as informações de execução orçamental de Janeiro a Março de 2023, constata-se que até Março do corrente ano, obteve-se um deficit primário, face ao PIB projectado no OGE para o ano 2022, na ordem de 1,18%.

Na breve análise sobre as receitas, verifica-se que as receitas efectivas tiveram um grau de realização de 13,5%, sendo que as receitas correntes e donativos ficaram a 18,2% e 8,4% respectivamente do estimado para o ano 2022. As receitas não fiscais tiveram um nível de realização de 19,8% em relação ao orçamentado para o ano 2022, apresentando um decréscimo de 32,1%, em relação ao período homólogo de 2022, correspondendo a 0,5% do PIB programado para o ano 2022. Salienta-se, pois, que a performance registada deve-se a contribuição da sua componente Receita de serviços, que registou um nível de execução de 19,6% face ao programados para o ano de 2022.

É também notável o bom desempenho das receitas provenientes de rendimentos de recursos naturais, sobretudo no que diz respeito ao rendimentos de petróleo que atingiu um nível de arrecadação de 766,8% do programado para o ano 2022, e um acréscimo de 458,1%, face ao igual período do ano transacto.

Em relação aos donativos, observa-se que os mesmos ficaram em 8,4% do previsto para o ano 2022 e um notável acréscimo de 80,1% em relação ao período homólogo de 2022, que pode ser justificado pela não aprovação do OGE para o ano 2023.

Neste período em análise, contou-se com os donativos do BM sobre a gestão do AFAP para projectos, nomeadamente, Projecto STP – Digital, Projecto de Empoderamento das Mulheres e Educação de Qualidade para todos, Projecto de Resposta Emergente a COVID-19, Projecto WACA, Projecto de Reforço de Capacidades Institucionais, Projecto de Recuperação do Sector Energético e Projecto de Desenvolvimento do Sector de Transporte e Protecção Costeira, perfazendo assim o total de 64.578 milhares de Dobras.

Verifica-se que o nível de execução das despesas primárias atingiu 21,4% do aprovado no OGE 2022. Relativamente ao período homólogo do ano transacto, estas despesas conheceram um decréscimo de 1,2%, representando assim 3,7% do PIB projectado para o ano de 2022.

Tendo em conta que as medidas adoptadas pelos Serviços de Saúde ao nível nacional foram eficazes na erradicação da pandemia da Covid-19, é importante mencionar que durante o período em análise, ao nível do Orçamento Geral do Estado, não se realizou qualquer despesa, relacionado a combate desta maldosa pandemia.

Portanto, é importante referir que o Projecto de Protecção Social de Resposta e Recuperação a Covid-19, financiado pelo Banco Mundial, sobre a gestão da Agência Fundiciária de Gestão e Administração de Projectos (AFAP), durante o primeiro trimestre do ano em análise, ou seja, o período compreendido de Janeiro a Março de 2023, foram efectuados pagamentos a cerca de 2.583 famílias vulneráveis através de transferência directa no montante total de 451.625,62 dólares Americanos, distribuído da seguinte maneira: Aquisição de bens – USD 15.921,60 , - Serviços de Consultoria e Auditoria – USD 85.849,41; Custos Operacionais – USD 30.029,24; - Serviços não consultoria – 319. 825,37.

Desde o exercício económico de 2019, vem sendo incorporado na Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE) as informações relativas as receitas e despesas de alguns sectores da Administração Central do Estado que por natureza dos seus serviços cobram receitas e consequentemente realizam algumas despesas por conta das mesmas receitas, fora do OGE. Esses movimentos encontram-se nas contas destes sectores nos bancos comerciais e não passam pela CUT no Banco Central. Apesar de não terem sido orçamentados e, de modo que haja transparência na utilização do erário público, estes fluxos a partir do mês de Janeiro de 2019 começaram a ser considerados e simultaneamente registados pela Direcção do Tesouro, no qual foram efectuados registos destas informações na respectiva tabela.

Para as receitas, estas foram classificadas como receitas de serviços e em contrapartida, as despesas foram consideradas de despesas consignadas. Considerando a abordagem acima, estas receitas durante o período em análise, ou seja, de Janeiro a Março do corrente ano ascenderam o valor de 32.055 milhares de Dobras e adicionando-se as já existentes, totalizaram o valor de 38.316 milhares de Dobras.

De igual modo, para as despesas, no período compreendido de Janeiro a Março do ano em análise, executou-se o valor de 25.863 milhares de Dobras e, adicionando as despesas consignadas já existentes, totalizaram o valor de 33.644 milhares de Dobras.

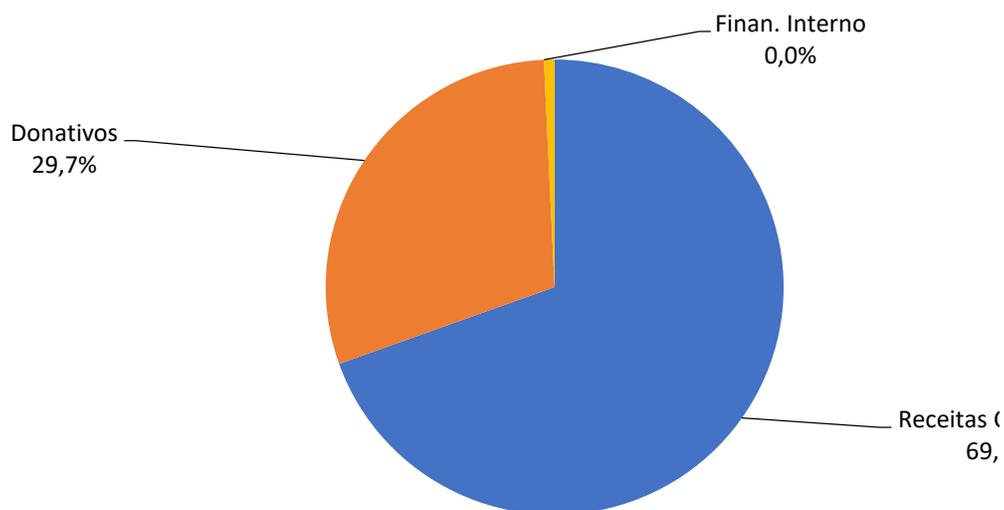
## Parte I: ANÁLISE SEGUNDO A PERSPECTIVA FISCAL

### I.1. Execução das Receitas Totais

As receitas totais representam a soma das receitas efectivas e dos financiamentos, tanto interno (particularmente a transferência da conta nacional de petróleo para financiamento do orçamento), como externo (que correspondem a desembolsos de empréstimos para projectos). As informações contidas na Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE) mostram que até o final do mês de Março do exercício económico em análise as receitas totais arrecadadas atingiram o montante de 464.025 milhares de Dobras, correspondendo a uma execução de 12,0% do programado para o ano em análise e uma variação homóloga negativa de 24,1%, face ao executado no igual período do ano 2022 (611.140 milhares de Dobras).

Gráfico 1: Evolução e Estrutura das Receitas Totais Realizadas

(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

O baixo incremento deveu-se essencialmente a fraca entrada de Donativos, mais concretamente dos donativos para o apoio orçamental. Em relação as receitas correntes registou um decréscimo comparativamente ao executado no ano de 2022 (30,9% em baixo), motivado pelo fraco desempenho sobretudo das receitas fiscais, que decresceu em 30,7% abaixo do realizado no igual período de 2022.

### i.1.1. Receitas Efectivas

Este grupo de receitas representa entradas de recursos que correspondem ao aumento do património financeiro líquido do Estado, compreendendo soma das Receitas Correntes e dos Donativos. Até o final de Março de 2023, esta ascendeu a uma arrecadação de 460.560 milhares de Dobras, o que corresponde a uma taxa de execução 13,5 % em relação ao OGE programado para 2022, e um decréscimo de 15,3%, relativamente ao arrecadado no período homólogo de 2022. O decréscimo observado, deveu-se a fraca entrada de Donativos, sobretudo os de apoio orçamental, que foi inexistente.

**Tabela 1: Resumo das Receitas Efectivas**

(em milhares de Dobras)

Receitas	Real 2021	OGE 2022	Jan - Mar. 2021	OGE 2022	Jan - Mar. 2023	% Exec.	% V.H.	% PIB
Receitas efetivas	2 161 796	3 415 000	543 633	3 415 000	460 560	13,5	-15,3	3,8
Receitas correntes	1 603 676	1 772 000	467 028	1 772 000	322 595	18,2	-30,9	2,6
Receitas corr. excl. petróleo	1 539 450	1 769 873	463 916	1 769 873	305 960	17,3	-34,0	2,5
Receitas fiscais	1 325 426	1 477 000	380 849	1 477 000	264 039	17,9	-30,7	2,2
Impostos directos	438 594	455 519	100 941	455 519	103 013	22,6	2,1	0,8
Impostos indirectos	885 359	1 019 829	279 815	1 019 829	160 863	15,8	-42,5	1,3
Imposto s/ Importação d/q	530 959	626 451	187 073	626 451	75 285	12,0	-59,8	0,6
Sobretaxa Esp. Der. Petróleo	56 645	25 000	190	25 000	326	1,3	71,7	0,0
Imposto sobre Consumo	239 793	240 441	60 573	240 441	57 979	24,1	-4,3	0,5
Imposto s/valor acrescentado (IVA)	0	23 919	0	23 919	0	0,0	...	0,0
Imposto de Selo	66 047	70 785	17 022	70 785	15 751	22,3	-7,5	0,1
Taxas	47 672	58 231	13 617	58 231	10 593	18,2	-22,2	0,1
Contribuição ao Fundo de Desempri	270	0	0	0	0	...	...	0,0
Outras receitas fiscais	1 203	1 652	93	1 652	163	9,9	76,1	0,0
Receitas não fiscais	278 250	295 000	86 180	295 000	58 556	19,8	-32,1	0,5
Receitas patrimonial d/q	75 738	82 220	34 788	82 220	19 297	23,5	-44,5	0,2
Rendimento de petróleo	7 581	2 127	2 922	2 127	16 309	766,8	458,1	0,1
Receitas de serviços	186 001	194 993	50 371	194 993	38 316	19,6	-23,9	0,3
Outras receitas não fiscais	16 511	17 786	1 021	17 786	943	5,3	-7,6	0,0
Donativos	558 120	1 643 000	76 605	1 643 000	137 965	8,4	80,1	1,1
para financiamento do OGE	257 382	326 670	0	326 670	0	0,0	...	0,0
para Projectos	273 935	1 252 000	57 456	1 252 000	109 195	8,7	90,1	0,9
HIPC	26 803	64 330	19 149	64 330	28 770	44,7	50,2	0,2

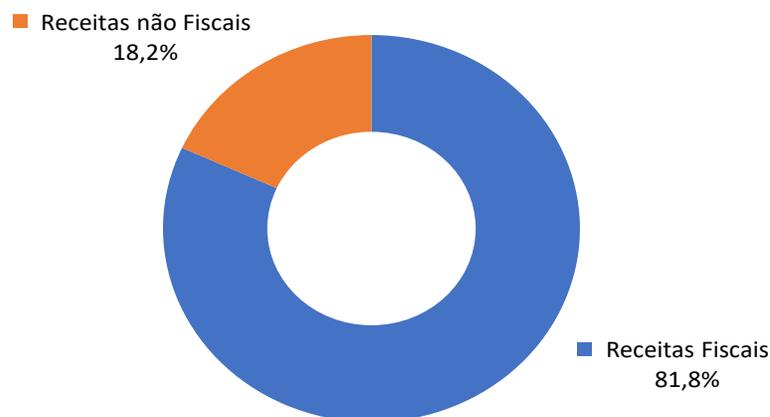
Fonte: DCP - MPFEA

### i.1.2. Receitas Correntes

Fazem parte desta categoria, as receitas fiscais referente as tributárias (oriundas de impostos, taxas e contribuições) e as não fiscais correspondentes a soma das receitas patrimoniais (provenientes da exploração dos bens do Estado), das receitas de serviços prestados pelo Estado, das transferências recebidas de outras pessoas de direito público ou privado, e de receitas correntes diversas (provenientes de multas, cobranças de dívidas, restituições, etc.).

## Gráfico 2: Estrutura das Receitas Correntes Realizadas

(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

Relativamente ao total programado, as Receitas Correntes registaram um grau de realização de 18,2%, ascendendo aos 322.595 milhares de Dobras. Estas receitas tiveram um nível de arrecadação moderado quando comparado com o período homólogo do ano de 2022, onde o decréscimo foi de 30,9%. Este nível de realização deveu-se sobretudo ao desempenho do IRS, IRC, imposto sobre o património, imposto sobre o consumo de serviços e o imposto sobre o consumo de bebidas alcoólicas, tendo este último atingido uma variação homóloga negativa de 35,7%.

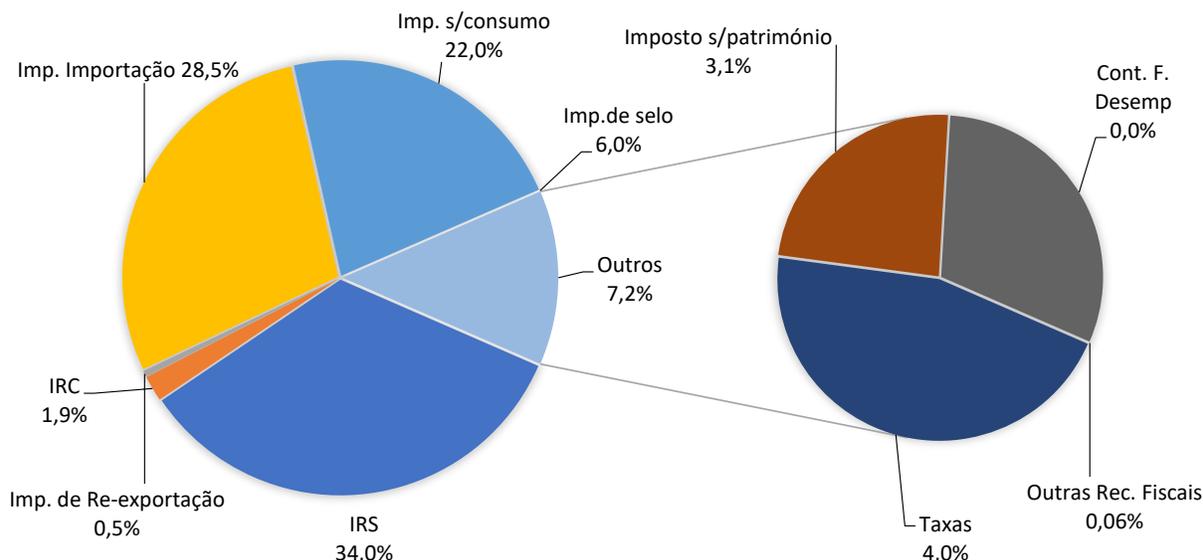
Salienta-se que o nível de execução observado nesta categoria de receita representa cerca de 2,6% do PIB estimado para o ano de 2022. Se do valor apurado deduzirmos as receitas petrolíferas, as receitas correntes<sup>1</sup> ascendem a 305.960 milhares de Dobras, ficando a 17,3% do estimado no OGE para 2022, mas que entretanto, corresponde a um decréscimo de 30,9% do arrecadado no período homólogo do ano transacto.

### 1.1.2.1. Receitas Fiscais

As receitas fiscais representam o principal item das receitas correntes (cerca de 81,8%, cf. gráfico.2.), tendo registado até ao final do primeiro trimestre do ano em análise, uma arrecadação que ascende aos 264.039 milhares de Dobras, cerca de 17,9% do programado no OGE para o ano 2022, o que corresponde deste modo a um decréscimo de 30,7%, face ao arrecadado no mesmo período do ano 2022, e, cerca de 2,2% do PIB estimado para o ano. A diminuição face ao período homólogo foi apurado principalmente pelo fraco desempenho do componente, “impostos indirectos”, tendo este registado uma execução de 15,8%, face ao programado para o ano e uma variação homóloga negativa de 42,5% em relação ao ano precedente.

<sup>1</sup> Receitas correntes, excluídos os rendimentos de petróleo é o item das receitas que serve de base para apuramento do saldo primário doméstico.

**Gráfico 3: Estrutura das Receitas Fiscais Realizadas**  
(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

### i. Impostos Directos

Em matéria dos Impostos Directos, estes correspondem a 39,0% das receitas fiscais, tendo registado até final do primeiro trimestre um grau de execução de 22,6% do previsto em 2022, ascendendo aos 103.013 milhares de Dobras, e que corresponde a um acréscimo de 2,1% face ao arrecadado no igual período do ano transacto. Relativamente ao nível de execução e a variação homóloga, cumpre realçar que os mesmos foram afectados pela cobrança do IRS, assim como a cobrança do IRC, como justificado nos pontos abaixo:

#### – Imposto sobre Rendimento de Pessoas Singulares (IRS)

O código do imposto sobre rendimento de pessoas singulares, consagrado pela Lei n.º 11/2009, define a tributação de rendimentos de pessoas singulares. O IRS incide sobre o valor dos rendimentos provenientes da categoria A (rendimentos do trabalho dependente e de pensões), da categoria B (rendimento empresariais e profissionais), categoria C (rendimentos de capitais) e categoria D (incrementos patrimoniais). Os rendimentos, quer em dinheiro, quer em espécie e, mesmo quando provenientes de actos ilícitos ficam sujeitos à tributação, seja qual for a moeda e a forma que sejam auferidos.

**Tabela 2: Detalhe do IRS**

(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE 2022	Jan-Mar 2022	OGE 2022	Jan-Mar 2023	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
<b>IRS</b>	<b>375 339</b>	<b>84 277</b>	<b>375 339</b>	<b>89 674</b>	<b>23,9</b>	<b>6,4</b>	<b>100,0</b>
do Trabalho por Conta de Outrem	317 354	70 767	317 354	75 638	23,8	6,9	84,3
do Trabalho por Conta Própria	44 335	10 716	44 335	11 570	26,1	8,0	12,9
de Capitais Individuais	13 651	2 794	13 651	2 466	18,1	-11,7	2,8

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

Este grupo de receitas que representa uma das maiores componentes do agregado das receitas fiscais 34,0% (cf. Gráfico 3), e o maior agregado dos impostos directos, apresenta até final do primeiro trimestre uma arrecadação de 89.674 milhares de Dobras, o que corresponde a uma execução de 23,9% do previsto em 2022 e, um acréscimo de 6,4% face ao arrecadado em igual período de 2022. Durante o primeiro trimestre do período em análise houve desaceleração da atividade económica causada essencialmente pela alta taxa de inflação média.

#### – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC)

O código do imposto sobre rendimento de pessoas colectivas foi consagrado pela Lei n.º 10/2009 e define a tributação de rendimentos de pessoas colectivas. Este imposto incide sobre o rendimento de pessoas colectivas, nomeadamente sociedades comerciais, sociedades civis sob forma comercial, cooperativas, empresas públicas, as entidades desportivas de personalidade jurídica, com sede ou Direcção efectiva em território nacional, as entidades com ou sem personalidade jurídica, que não tenha sede nem Direcção efectiva no território nacional, cujos rendimentos são obtidos em São Tomé e Príncipe.

**Tabela 3: Detalhe do IRC**

(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE 2022	Jan-Mar 2022	OGE 2022	Jan-Mar 2023	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
<b>IRC</b>	<b>64 899</b>	<b>9 127</b>	<b>64 899</b>	<b>5 114</b>	<b>7,9</b>	<b>-44,0</b>	<b>100,0</b>
Indústria Petrolífera	-	-	-	25	...	...	0,5
Imposto Industrial	54 928	5 750	54 928	2 906	5,3	-49,5	56,8
de Capitais de Pessoas Jurídicas	9 971	3 377	9 971	2 183	21,9	-35,3	42,7
do Transporte do Petróleo	-	-	-	-	...	...	0,0

Fonte: DCP - MPFEA

As receitas provenientes deste imposto apresentam até final do período em análise, uma arrecadação de 5.114 milhares de Dobras, correspondendo a 7,9% do estimado para o ano e um decréscimo de 44,0%, face ao arrecadado no período homólogo de 2022, representando 1,9% das receitas fiscais

realizadas (cf. Gráfico 3). É importante mencionar que durante o período em análise, no mês de Fevereiro registou-se uma maior arrecagação desta categoria de imposto.

#### - Imposto sobre o Património

Este grupo de imposto refere-se à soma do Imposto da Contribuição Predial Urbana, regida pela Lei n.º 6/2008, de 19 de Agosto, que incide sobre prédios urbanos e terrenos destinados a construção; do Imposto sobre Sucessões e Doações, regulado pela Lei n.º 8/2007, de 25 de Maio, que incide sobre as transmissões gratuitas de bens móveis ou imóveis localizados no território São-tomense, do Imposto de SISA, regido pela Lei n.º 5/2007, de 11 de Maio, que incide sobre as transmissões, a título oneroso, do direito de propriedade, ou de figuras parcelares desse direito, sobre bens imóveis situados no território nacional e do Imposto sobre Veículo Automóvel, que é regido pelo Decreto-lei n.º 13/93, de 5 de Março, que incide sobre o uso e fruição dos veículos motorizados, que circulam pelo seu próprio meio ou estejam estacionados nas vias ou nos lugares públicos.

**Tabela 4: Detalhe do Imposto sobre Património**

(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE 2022	Jan-Mar 2022	OGE 2022	Jan-Mar 2023	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
<b>Imposto sobre o Património</b>	<b>15 281</b>	<b>7 537</b>	<b>15 281</b>	<b>8 225</b>	<b>53,8</b>	<b>9,1</b>	<b>100,0</b>
Predial Urbano	2 885	1 935	2 885	1 818	63,0	-6,1	22,1
Sucessões e Doações	3 661	467	3 661	1 175	32,1	151,8	14,3
Transações Imob. a Título Oneroso	2 841	2 535	2 841	2 388	84,1	-5,8	29,0
Veículos Automóveis	5 893	2 601	5 893	2 844	48,3	9,3	34,6

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

Até março de 2023, a taxa de arrecadação das receitas relativas a este grupo de imposto foi de 53,8% do programado no OGE para 2022, ascendendo aos 8.225 milhares de Dobras, um acréscimo de 9,1% em relação ao que foi arrecadado no mesmo período do ano transacto, representando no seu conjunto 3,1% das receitas fiscais realizadas (cf. Gráfico 3). Para este nível de execução bem como o crescimento observado contribuíram, por um lado, o **Imposto sobre Transações Imobiliárias a Título Oneroso**, que conheceu uma execução de 84,1%, cuja matéria colectável provém da dinâmica das transacções imobiliárias. Por último, importa referir que quanto aos outros impostos: o **Imposto Predial Urbano**, **Imposto sobre Veículos Automóveis** e o **Imposto sobre Sucessões e Doações**, atingiram um nível de execução correspondente a 63,0%, 48,3%, e 32,1%, respectivamente do programado. O Imposto sobre Sucessões e Doações cujo o pagamento é aleatório, a sua variação é distinta do Imposto Predial Urbano e o Imposto sobre Veículos Automóveis em que a lógica de pagamento é sempre anual com grande relevância para os primeiros meses do ano. Em relação ao Imposto sobre Sucessões e Doações registou-se uma maior cobrança durante o mês de Janeiro do ano em apreço.

## ii. Impostos Indirectos

Em relação a este grupo de impostos, importa referir, que os mesmos incidem sobre transacções de produtos, sendo a base tributária os valores de compra e venda, representando a maior componente das receitas fiscais (60,9%). A arrecadação das receitas derivadas destes impostos para o período em causa, foi de 160.863 milhares de Dobras, o que representa 15,8% do programado no OGE para 2022 e um decréscimo de 42,5%, relativamente ao arrecadado no igual período do ano de 2022. O nível de execução alcançado assim como o decréscimo verificado comparativamente ao período homólogo deveu-se sobretudo ao desempenho verificado nas suas diversas componentes, particularmente as rubricas de Imposto sobre as Importações e Imposto sobre o Consumo como justificado nos pontos abaixo:

### – Imposto sobre a Exportação

A política de incentivo à exportação, estatuída pela Lei n.º 1/2000, leva a que o valor de arrecadação de receita desta categoria seja reduzido ou nulo. Entretanto no período compreendido de Janeiro a Março do ano de 2023, arrecadou-se nesta rubrica de receitas 1.255 milhares de Dobras, que corresponde ao pagamento de taxas e emolumentos de exportação de Azeite de Palma efectuada pela Empresa Agripalma ao exterior.

### – Imposto sobre a Importação

A dependência da economia nacional face ao exterior continua a fazer com que esta categoria seja uma das principais fontes de arrecadação das receitas internas, considerada a maior componente das receitas fiscais arrecadadas (representa 28,5%, cf. Gráfico 3), pelo que até o final do primeiro trimestre de 2023, a arrecadação desse agregado de receitas atingiu o montante de 75.285 milhares de Dobras, corresponde a 12,2% do programado no OGE para 2022 e, um decréscimo de 59,8% face ao arrecadado no mesmo período do ano transacto.

**Tabela 5: Detalhe do Imposto sobre Comércio Externo**

(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE 2022	Jan-Mar 2022	OGE 2022	Jan-Mar 2023	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
<b>Imposto sobre Comércio Externo</b>	<b>626 451</b>	<b>188 602</b>	<b>626 451</b>	<b>76 540</b>	<b>12,2</b>	<b>-59,4</b>	<b>100,0</b>
Imposto s/Exportação (Reexportação)	-	1 529	-	1 255	...	-17,9	1,6
<b>Imposto sobre Importação</b>	<b>626 451</b>	<b>187 073</b>	<b>626 451</b>	<b>75 285</b>	<b>12,0</b>	<b>-59,8</b>	<b>98,4</b>
Taxa	307 140	72 211	307 140	54 367	17,7	-24,7	71,0
Sobre-Taxa	294 311	114 673	294 311	20 592	7,0	-82,0	26,9
Sobre-taxa Especial derivado de prod.	25 000	190	25 000	326	1,3	71,7	0,4

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

Para o nível de execução verificado concorreram, por um lado, a Taxa sobre Importação, derivadas dos impostos aduaneiros, que registaram um grau de execução de 17,7% do programado no OGE para 2022, ascendendo aos 54.367 milhares de Dobras, o que representa um decréscimo de 24,7%, face ao arrecadado no mesmo período do ano anterior e, por outro lado, a Sobre-Taxa de importação, que

obteve nível de execução de 7,0% do estimado em 2022, ascendendo a 20.592 de Dobras, que entretanto corresponde a um decréscimo de 82,0% do que foi arrecadado no igual período do ano transacto.

#### - Imposto sobre consumo

Este agregado de receitas que é composto por Imposto sobre o Consumo de Serviços, Imposto sobre o Consumo de Bebidas Alcoólicas e o Imposto sobre o Consumo de Produção Local, registou uma execução que representa 22,0% das receitas fiscais (cf. Gráfico 3), tendo apresentado uma taxa de arrecadação que ficou nos 24,1% do programado no OGE para 2022, ascendendo aos 57.979 milhares de Dobras, o que representa um decréscimo de 4,3%, face ao arrecadado no período homólogo do ano de 2022. A performance registada ao nível deste imposto foi impulsionada pelo:

- i. O desempenho registado ao nível do **Imposto sobre Consumo de Serviços**, que alcançou uma realização de 35,0%, ascendendo aos 36.898 milhares de Dobras que, todavia, corresponde a um acréscimo de 43,5% do que foi arrecadado no igual período de 2022. É importante salientar que neste agregado de receitas faz parte imposto sobre o consumo de Serviços de Telecomunicações e o Imposto sobre o Consumo de Serviços Hoteleiros e Similares, sendo que o desempenho do Imposto sobre o Consumo de Serviços Hoteleiros e Similares é justificado pela retoma das actividades turísticas, particularmente no que diz respeito aos serviços de hotéis e restaurantes pós o período pandémico da COVID-19;
- ii. O **Imposto sobre o Consumo de Bebidas Alcoólicas** que ascendeu o valor de 16.929 milhares de Dobras, atingiu 18,2% do programado no OGE para o ano 2022 e um decréscimo de 35,7% face ao período homólogo de 2022. O seu moderado desempenho face ao programado, deveu-se a uma acentuada diminuição verificada nas importações de produtos onde recaí a cobrança do referido imposto;
- iii. O **Imposto sobre Consumo de Produção Local**, até final de Março do ano em análise registou uma taxa de arrecadação de 9,9% relativamente ao programado no OGE para 2022 e um decréscimo de 51,4% face ao que foi arrecadado no mesmo período do ano transacto, tendo alcançado o valor de 4.152 milhares de Dobras.

**Tabela 6: Detalhe do Imposto sobre Consumo**

(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE	Jan-Mar	OGE	Jan-Mar	%	%	%
	2022	2022	2022	2023	Exec.	V.H.	Estrut.
<b>Imposto sobre o Consumo</b>	<b>240 441</b>	<b>60 573</b>	<b>240 441</b>	<b>57 979</b>	<b>24,1</b>	<b>-4,3</b>	<b>100,0</b>
de Álcool Industrial	0	0	0	7 419	...	...	12,8
de Derivados do Petróleo	0	0	0	0	...	...	0,0
de Gases Liquefeitos	0	0	0	0	...	...	0,0
de Bebidas Alcoólicas	92 850	26 312	92 850	16 929	18,2	-35,7	29,2
de Serviços de Telecomunicações	36 356	7 226	36 356	9 793	26,9	35,5	16,9
de Serviços Hoteleiros e Similares	7 959	2 517	7 959	4 534	57,0	80,2	7,8
de Serviços de Água e Energia	10 447	2 598	10 447	2 676	25,6	3,0	4,6
de Serviços Bancários e de Seguros	11 521	2 735	11 521	3 759	32,6	37,4	6,5
de Serviços Diversos	39 155	10 640	39 155	8 717	22,3	-18,1	15,0
de Produção Local	36 859	8 026	36 859	3 720	10,1	-53,7	6,4
de Produtos Diversos	5 295	520	5 295	433	8,2	-16,7	0,7

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública – MPFEA

### – Imposto de Selo

O imposto de selo tem como base de tributação entre outras, as facturações. Conforme apresentado na Tabela 7, registou-se nesta categoria de receitas fiscais, uma arrecadação que ascendeu 15.751 milhares de Dobras (representa 6,0% das receitas fiscais, cf. Gráfico 3), o que corresponde a uma taxa de execução de 22,3% do programado no OGE para 2022 e um decréscimo de 7,5% do realizado no período homólogo de 2022. O nível de arrecadação observado está relacionado com desempenho dos seus componentes, sendo Selo de Cheque, Selo de Assistência e Selo de Verba, o que representam respectivamente, 36,9%, 26,4% e 22,1% do grupo de imposto de selo.

**Tabela 7: Detalhe do Imposto de Selo**

(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE	Jan-Mar	OGE	Jan-Mar	%	%	%
	2022	2022	2022	2023	Exec.	V.H.	Estrut.
<b>Imposto de Selo</b>	<b>70 785</b>	<b>17 022</b>	<b>70 785</b>	<b>15 751</b>	<b>22,3</b>	<b>-7,5</b>	<b>100,0</b>
Selo de Verba	40 565	10 108	40 565	8 964	22,1	-11,3	56,9
Selo de Conhecimento e Cobrança	5 371	666	5 371	216	4,0	-67,6	1,4
Selo de Cheque	28	0	28	10	36,9	2 340,8	0,1
Selo de Assistência	24 821	6 247	24 821	6 560	26,4	5,0	41,6

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública – MPFEA

### – Taxas

Relativamente as Taxas, que também incorporam custas e emolumentos, sobretudo os alfandegários, atingiram até final do período em análise um grau de realização de 18,2% do programado, ascendendo aos 10.593 milhares de Dobras, o que reflectiu num acréscimo de 22,2% face ao arrecadado no igual período do ano 2022. O montante arrecadado representa cerca de 4,0% das receitas fiscais (ver Gráfico 3).

**Tabela 8: Detalhe das Taxas**  
(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE 2022	Jan-Mar 2022	OGE 2022	Jan-Mar 2023	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
<b>Taxas</b>	<b>58 231</b>	<b>13 617</b>	<b>58 231</b>	<b>10 593</b>	<b>18,2</b>	<b>-22,2</b>	<b>100,0</b>
<b>das quais</b>							
Custas e taxas	9 231	386	9 231	692	7,5	79,0	6,5
Emolumentos de Outros Minérios	104	0	104	0	0,0	...	0,0
Emolumentos Gerais aduaneiros	5 661	1 252	5 661	683	12,1	-45,5	6,4
Emolumento Geral de exportação	0	0	0	19	...	...	0,2
Emolumento Pessoais	8 183	2 082	8 183	1 945	23,8	-6,6	18,4
Subsídio de deslocação	15 830	3 838	15 830	3 579	22,6	-6,7	33,8
Emolumento e Taxas Diversas	17 179	4 487	17 179	3 475	20,2	-22,5	32,8
Emolumento Especiais - 10%	2 043	1 572	2 043	200	9,8	-87,3	1,9

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

### – Outras Receitas Fiscais

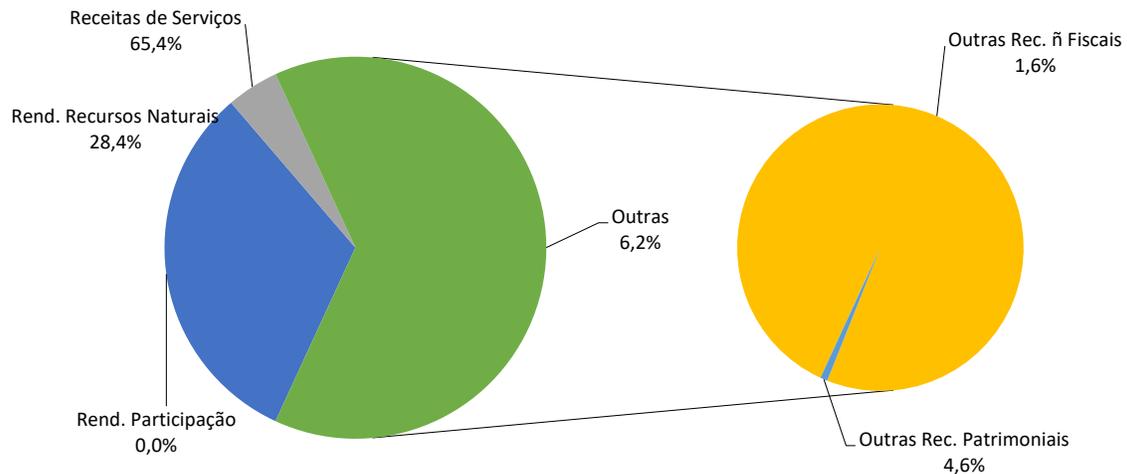
Estão agregadas nesta rubrica, todas as outras taxas e impostos residuais, cobrados que não se enquadram nos grupos anteriormente mencionados. Assim, até o final do primeiro trimestre do exercício económico em análise, o nível de arrecadação deste agregado de receitas foi de 9,9% do programado no OGE para 2022, atingindo os 163 milhares Dobras, o que traduziu num acréscimo de 76,1% em termos homólogos nominais face ao arrecadado no igual período de 2022.

#### I.1.2.2. Receitas não Fiscais

Este agregado de receitas que é composto por Receita Patrimonial (Rendimento de Participações), Receitas de Serviços e Outras Receitas não Fiscais, teve até final de Março de 2023, uma taxa de realização de 19,8% do programado no OGE para 2022, ascendendo aos 58.556 milhares de Dobras, o que em termos homólogos nominais teve um decréscimo de 32,1% face ao igual período de 2022, representando desta forma, 18,2% das receitas correntes realizadas. A performance verificado deveu-se fundamentalmente ao desempenho do Rendimento de Recursos Naturais, Receitas de Serviços e Outras receitas patrimoniais que inclui (renda de casa e outros rendimentos imobiliários), tendo atingido 57,7%, 19,6% e 17,4%, respectivamente do programado para o ano de 2022.

**Gráfico 4: Estrutura das Receitas Não Fiscais**

(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

#### i. Receita Patrimonial

Relativamente a esta componente de Receitas não Fiscais verifica-se que a mesma alcançou 23,5% do estimado para o ano 2022, ascendendo aos 19.297 milhares de Dobras, o que corresponde a um decréscimo de 44,5% face ao que se arrecadou no igual período do ano transacto (34.788 milhares de Dobras). O nível de arrecadação verificado deveu-se essencialmente ao desempenho da sua subcomponente “Rendimentos de Recursos Naturais”, que apresentou uma execução superior ao período homólogo de 2022, justificado como abaixo se discrimina:

##### – Rendimento de Participações

Nesse grupo de receitas fazem parte a participação do Estado nos Rendimentos das Empresas Estatais, os do Banco Central e das Empresas Participadas de acordo com o estipulado no artigo 5.º da Lei n.º 1/2017. Assim sendo, conforme os dados apresentados no TOFE referente ao período em análise, verifica-se que a sua execução foi nula tendo em conta que até o final do primeiro trimestre de 2023, não se registou entradas de recursos proveniente da participação do Estado nas referidas empresas.

##### – Rendimento de Recursos Naturais

Relativamente às receitas provenientes dos recursos naturais, estas fazem referência às receitas oriundas de Rendimento do Petróleo (bónus de assinatura e taxas de transacção imobiliária) e do Rendimento das Pescas (relativas ao acordo de pesca assinado com a União Europeia e a concessão de licenças de pescas a pequenas embarcações). A sua execução situou-se nos 57,7% do programado

no OGE para 2022, ascendendo aos 16.624 milhares de Dobras (representa 28,4% das receitas não fiscais, *cf.* Gráfico 4), e que corresponde a um acréscimo de 20,1%, comparativamente ao executado no mesmo período de 2022. O acréscimo observado relativamente ao igual período de 2022 é justificado pelo aumento registado nas receitas provenientes de bónus de assinatura de contratos de exploração de petróleo, sobretudo no que diz respeito aos juros overnight.

#### – Outras Receitas Patrimoniais

Este grupo de receitas, representa todas as outras receitas patrimoniais não incluídas nos itens mencionados acima. Até final do primeiro trimestre do ano em análise, as mesmas conheceram uma execução na ordem de 2.673 milhares de Dobras, cerca de 17,4% do programado no OGE para 2022 e um decréscimo de 70,1% em relação ao que foi arrecadado no período homólogo do ano anterior.

##### i. Receitas de Serviços

Estas compreendem as receitas originárias da exploração e da prestação de serviços em geral, tais como comerciais, comunitários, entre outros, que são consignadas algumas despesas dos sectores que as arrecadam. Assim sendo, de Janeiro à Março de 2023, neste agregado de receitas, arrecadou-se o montante de 38.316 milhares de Dobras. Estas receitas representam 65,4% das receitas não fiscais, (conforme apresentado no Gráfico 4) e, obteve o nível de execução de 19,6% do programado no OGE para o ano 2022, representando desta forma uma diminuição de 23,9% face ao arrecadado no período homólogo de 2022.

##### ii. Outras Receitas não Fiscais

Neste agregado de receitas, estão todas as outras receitas não fiscais que não se enquadram nas anteriormente mencionadas. No período em análise, ou seja, de Janeiro a Março de 2023, a taxa de arrecadação desse agregado de receitas foi de 5,3% do programado no OGE para 2022, atingindo os 943 milhares de Dobras, registando um decréscimo de 7,6%, face ao registado no igual período de 2022, representando cerca de 1,6% das receitas não fiscais, conforme apresentado no Gráfico 4.

#### I.1.3. Donativos

Relativamente aos recursos provenientes dos Donativos, estes são constituídos pelos donativos para financiamento do OGE, para Projectos e os provenientes da iniciativa HIPC.

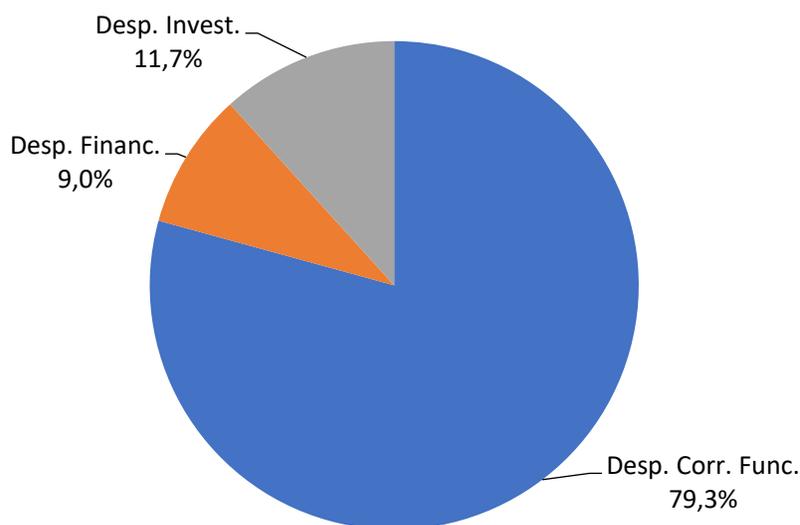
Da apreciação dos dados constantes da Tabela 1, verifica-se que os recursos proveniente de Donativos, constituídos pelos donativos para Projectos e os provenientes da iniciativa HIPC, registaram até final de Março de 2023, um grau de execução de 8,4% do programado no OGE para o ano de 2022, ascendendo ao montante de 137.965 milhares de Dobras (cerca de 29,7% das receitas totais, *cf.* Gráfico 1), que entretanto representa um considerável incremento de 80,1%, face ao arrecadado no igual período de 2022. Para este aumento contribuíram, por um lado, a entrada dos

Donativos para financiamento dos Projectos, que ficaram nos 109.195 milhares de Dobras, correspondendo a 8,7% do programado no OGE para 2022 e um acréscimo de 90,1% do executado no período homólogo do ano transacto, e por outro, a modesta entrada dos donativos da iniciativa HIPC, que ascendeu ao montante de 28.770 milhares de Dobras, corresponde a mais 50,2% face ao mesmo período do ano 2022, e obteve um nível de execução de 44,7% do estimado para o ano 2022.

## ANÁLISE DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

Durante o período compreendido de Janeiro a Março de 2023, as Despesas Totais que representam a soma das Despesas de Funcionamento (incluindo Juros da Dívida e Despesas Consignadas), Despesas de Investimentos Públicos e Despesas Financeiras (Despesas de Amortização da Dívida Pública) conheceram uma taxa de execução de 15,9% relativamente ao OGE 2022, ascendendo ao montante de 616.315 milhares de Dobras, e um decréscimo de 21,1% do executado no igual período de 2022. Verifica-se que o total executado foi impulsionado particularmente por uma maior realização das despesas correntes de funcionamento (79,3%, cf. Gráfico 5). O decréscimo registado deveu-se fundamentalmente a não aprovação do OGE2023, durante o período em análise, condicionando a realização das despesas com o investimento público, sobretudo as financiadas com recursos externos, provenientes de donativos e empréstimos, executados através da CUT.

**Gráfico 5: Evolução e Estrutura das Despesas Totais**  
(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública – MPFEA

### I.1.1. Despesas Efectivas

As Despesas Efectivas que expressam a diminuição do património líquido do Estado (correspondem as Despesas Totais excluindo Despesas Financeiras), registaram até final do primeiro trimestre em análise, uma execução que ascendeu ao montante de 560.536 milhares de Dobras, representando desta forma 15,3% do inicialmente previsto e um decréscimo de

22,2% do executado no período homólogo de 2022. Consta-se que o decréscimo registado, deveu-se a baixa realização das despesas do programa de investimentos públicos, fundamentalmente na vertente das financiadas com recursos externos.

### I.1.2. Despesas Primárias

Estas despesas correspondem à soma das Despesas de Funcionamento, (excluindo Juros da Dívida Pública e as Despesas Correntes de Exercícios Anteriores) e, das Despesas de Investimentos Públicos financiadas com Recursos Internos (excluindo privatização) e que serve de contraparte para o apuramento do saldo primário, que é o principal indicador de desempenho das finanças públicas, a sua realização face ao orçamentado do ano 2022, foi de 21,4%, tendo ascendido a 450.246 milhares de Dobras, correspondendo a um decréscimo de 1,2% do que foi executado no mesmo período do ano transacto e 3,7% do PIB estimado para o ano 2022. O moderado nível de execução, bem como o decréscimo verificado em relação ao período precedente, deveu-se ao esforço verificado na contenção das despesas discricionárias.

**Tabela 9: Despesas Totais Executadas**

(em milhares de Dobras)

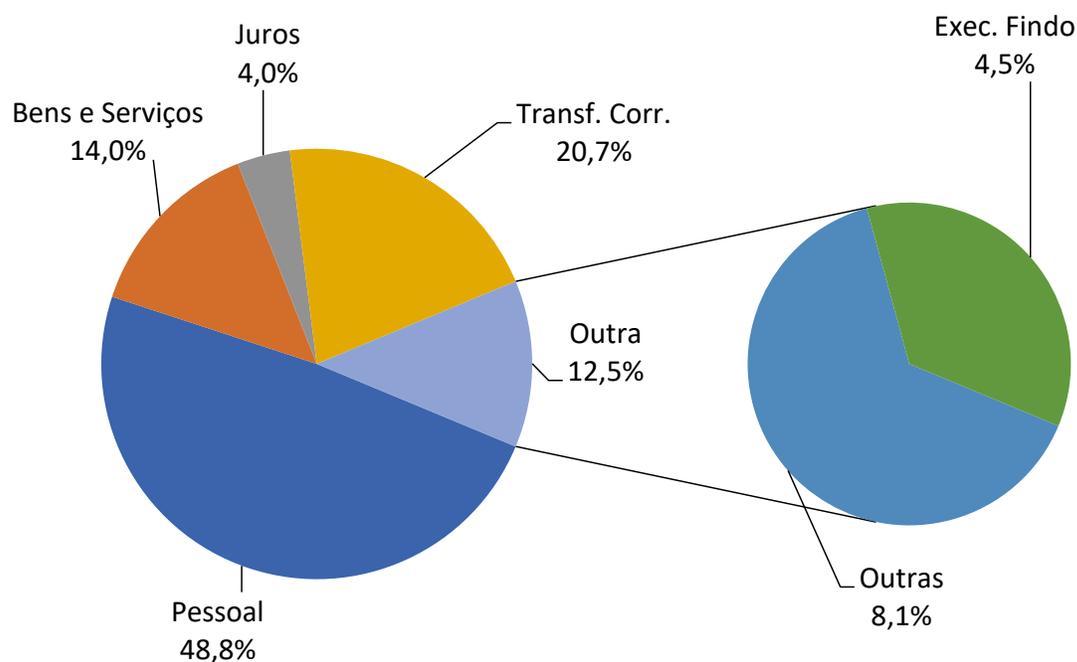
Despesas	Real 2021	OGE 2022	Jan - Mar. 2022	OGE 2022	Jan - Mar. 2023	% Exec.	% V.H.	% PIB
Despesas Totais	2 823 483	3 870 985	780 812	3 870 985	616 115	15,9	-21,1	5,0
Despesas efectivas	2 674 094	3 667 152	720 220	3 667 152	560 536	15,3	-22,2	4,6
Despesas primárias	1 930 474	2 108 778	455 635	2 108 778	450 246	21,4	-1,2	3,7
Despesas correntes	2 101 215	2 182 801	564 606	2 182 801	488 385	22,4	-13,5	4,0
Despesas com pessoal	1 060 492	1 165 000	236 284	1 165 000	238 245	20,5	0,8	1,9
Bens e serviços	260 209	274 770	66 007	274 770	68 236	24,8	3,4	0,6
Juros da dívida	23 109	74 224	9 185	74 224	19 388	26,1	111,1	0,2
Subsídios e tranf. correntes	335 281	397 767	92 113	397 767	101 255	25,5	9,9	0,8
Outras despesas correntes	250 969	195 890	57 333	195 890	39 510	20,2	-31,1	0,3
Exercício findo	171 154	75 150	103 684	75 150	21 751	28,9	-79,0	0,2
Investimento públicos	572 880	1 484 351	155 614	1 484 351	72 150	4,9	-53,6	0,6
Recursos internos	23 522	75 351	3 898	75 351	3 000	4,0	-23,0	0,0
Recursos próprios	12 511	37 864	2 726	37 864	2 032	5,4	-25,4	0,0
Recursos de Privatização	0	0	0	0	0	...	...	0,0
HIPC	11 012	37 487	1 172	37 487	968	2,6	-17,4	0,0
Recursos externos	549 358	1 409 000	151 716	1 409 000	69 151	4,9	-54,4	0,6
Donativos	501 303	1 252 000	129 621	1 252 000	65 693	5,2	-49,3	0,5
Empréstimos	48 054	157 000	22 095	157 000	3 458	2,2	-84,4	0,0
Despesas Financeiras	149 388	203 833	60 592	203 833	55 579	27,3	-8,3	0,5

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública – MPFEA

### I.1.3. Despesas de Funcionamento

Fazendo menção as despesas de funcionamento, estas referem-se as despesas correntes, tanto das actividades (incluindo juros da dívida pública) como as financiadas com recursos consignados aos sectores. Portanto, esta rubrica inclui todas as despesas de funcionamento que têm o carácter permanente e que se repetem anualmente, com objectivo de suportar o funcionamento do aparelho do Estado, tendo a sua execução correspondido a 79,3% das despesas totais, conforme apresentado no Gráfico 5.

**Gráfico 6: Evolução e Estrutura das Despesas de Funcionamento**  
(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública – MPFEA

Dada a avaliação feita da execução orçamental durante o primeiro trimestre do ano 2022, através da Tabela 10, observa-se que as mesmas tiveram uma execução que ascende a 488.385 milhares de Dobras, o que corresponde a 22,4% do inicialmente aprovado, e uma variação homóloga negativa em termos nominais de 13,5%, representando 4,0% do PIB estimado para o ano 2022. Entretanto, o nível de execução atingido, deveu-se ao desempenho alcançado pelos agregados que compõem esta categoria de despesas, como abaixo se descrimina:

- Despesas com Pessoal (incluindo encargos com segurança social)

Para a categoria das Despesas com Pessoal, que inclui os encargos com a segurança social, verifica-se que elas correspondem a 48,8% do total das despesas correntes de funcionamento, conforme mostra o Gráfico 6, representando desta forma 90,2% das receitas fiscais realizadas e de 1,9% do PIB estimado para o ano, o que evidencia a continuidade do seu peso no sector público administrativo.

Entretanto, no período em análise a sua execução ficou nos 238.245 milhares de Dobras, representando 20,5% do aprovado no OGE 2022, o que corresponde, em termos homólogos nominais, a um acréscimo de 0,8%.

- Despesas com Bens e Serviços

Este agregado de despesas corresponde à aquisição de bens (duradouros e não duradouros) e serviços para o funcionamento da Administração Pública, representando cerca de 14,0% das despesas correntes de funcionamento (cf. Gráfico 6). Observando a Tabela 9, verifica-se que até o final do primeiro trimestre do ano em análise, as despesas com aquisição de bens e serviços, tiveram uma taxa de execução de 24,8% do inicialmente aprovado, ascendendo aos 68.236 milhares de Dobras, o que corresponde a um acréscimo de 3,4%, face ao executado no mesmo período do ano transacto. Importa salientar que o acréscimo observado ao nível deste grupo de despesas foi impulsionado sobretudo no aumento registado ao nível das Aquisições de Serviços e Encargos com viagens, que ascendeu os 4,9% e 12,9%, respetivamente, acima do valor observado no mesmo período do ano 2022.

- Juros da Dívida

As despesas com juros tiveram uma realização de 19.388 milhares de Dobras, tendo alcançado 26,1% do valor programado no OGE para o ano de 2022, e com uma variação homóloga positiva de 111,1% face ao realizado no mesmo período do ano anterior (ver a Tabela 9), tendo uma participação de 4,0% do total das despesas correntes de funcionamento (cf. Gráfico 6).

- Subsídios e Transferências Correntes

Os subsídios são aqui entendidos como as transferências efectuadas para as empresas privadas para suportar as actividades produtivas. A ausência desse tipo de despesas por parte do Estado faz com que os registos sejam nulos.

Portanto, no que se refere às transferências correntes, estas são feitas fundamentalmente sem contrapartidas pela Administração Central, particularmente, aos Serviços e Fundos Autónomos, os Institutos Públicos, as Câmaras Distritais, à Região Autónoma do Príncipe, para as Famílias e para o Funcionamento das Embaixadas. Com a consolidação da política de concessão gradual

da autonomia administrativa e financeira aos diversos órgãos e organismos, este grupo de despesas continua a adquirir relevância no cômputo das despesas correntes (de funcionamento) realizadas, tendo correspondido a 20,7% das mesmas (cf. Gráfico 6).

Contudo, conforme a Tabela 9, observa-se que até o final do primeiro trimestre do ano em análise, as Transferências Correntes atingiram uma execução que ascende a 101.255 milhares de Dobras, o que corresponde a 25,5% do aprovado no OGE de 2022 e, um acréscimo de 9,9% do executado no igual período do ano 2022. Contribuíram para o valor alcançado as execuções das suas diversas subcomponentes, com maior destaque as transferências para a Região Autónoma do Príncipe (RAP), Câmaras Distritais e para os Institutos Públicos, tendo alcançado 44,6%, 35,6% e 24,7%, respectivamente, do programado no OGE para o ano de 2022.

- **Outras Despesas Correntes**

Esse agregado de despesas para além de incluir todas as despesas que não se enquadram em nenhum dos itens mencionados anteriormente, englobam também as despesas com "Junta de Saúde para o Exterior" e "Despesas Consignadas" com recursos próprios dos sectores que as arrecadam. Dados observados através da Tabela 9, mostram que até o final de Março de 2023, as mesmas tiveram uma execução de 39.510 milhares de Dobras, estando a 20,2% do aprovado no OGE para 2022, representando 8,1% das despesas de funcionamento (cf. Gráfico 6). Comparativamente ao executado no período homólogo do ano 2022, observa-se um decréscimo de 31,1%.

- **Despesas Correntes do Exercício Findo**

Estas são orçamentadas de modo a se pagar os compromissos correntes dos anos anteriores que transitaram para o ano corrente e que devem ser pagas mediante a existência de dotação disponível para o efeito. Até o final do primeiro trimestre do ano 2023, registou-se uma execução que ascendeu a 21.751 milhares de Dobras, correspondente a 28,9% do previsto no OGE para 2022 e um decréscimo de 79,0% face ao valor executado no igual período do ano 2022. O decréscimo verificado nesta categoria de despesas relativamente ao período homólogo, deveu-se sobretudo a redução dos compromissos assumidos pelo Governo no que diz respeito a redução dos atrasados de consumo de Água e Energia e o diferencial de preços de combustível, dos anos anteriores.

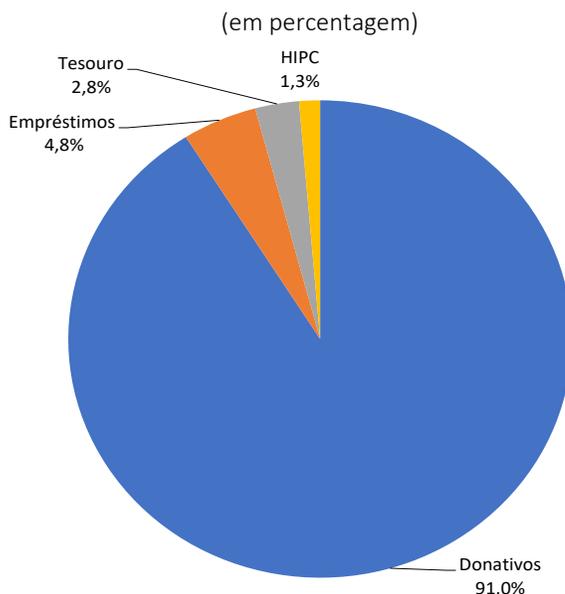
#### **I.1.4. Despesas de Investimentos Públicos (PIP)**

As despesas de investimentos públicos executadas, referem-se aos gastos de projectos efectuados com a formação bruta de Capital fixo e bens duradouros, agregando assim valor ao património do Estado e que estão dispostos por fonte de recursos internos e externos, sendo que os internos agrupam as financiadas com Recursos Próprios do Tesouro, Recursos de

Privatização e Recursos oriundos da iniciativa HIPC. Os recursos externos correspondem a soma das despesas financiadas com Donativos e Créditos.

Entretanto, para o período em análise, ou seja, de Janeiro a Março de 2023, as despesas de investimentos públicos, registaram uma execução no montante de 72.150 milhares de Dobras, (cerca de 11,7% das Despesas Totais, cf. Gráfico 5), correspondendo a 4,9% do inicialmente aprovado no OGE para 2022 e registando-se uma variação homóloga negativa de 53,6% em relação ao igual período do ano 2022.

**Gráfico 7: Evolução e Estrutura das Despesas de Investimentos Públicos (PIP)**



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública – MPFEA

O baixo nível de execução face ao programado para o ano, deve-se a contida mobilização dos recursos internos (recursos próprios e HIPC) e, dos recursos externos (donativos e créditos), que da parte dos donativos é justificado por um lado pela fraca mobilização de recursos provenientes dos mesmos e, por outro lado, pela não aprovação até o período em análise do Orçamento Geral do Estado para 2023, impossibilitando desta forma a execução de diferentes projectos.

– Despesas de Investimento financiadas com Recursos Internos

As despesas de investimento público com recursos internos, correspondem aos projectos inscritos no PIP financiados com Recursos Próprios do Tesouro e com financiamento do fundo de iniciativa para países pobres e altamente endividados (HIPC). Conforme se observa na Tabela 9, as mesmas foram programadas no montante de 75.351 milhares de Dobras para o ano de 2022. Entretanto, até o final do período em análise registou-se uma execução de 3.000 milhares

de Dobras correspondendo a 4,0% do orçamentado. Assim sendo, no Gráfico 7, estas representam 4,2% do PIP executado. O nível de execução para o período em análise foi baixo, justificado pela não aprovação do OGE para o ano 2023.

Entretanto, a sua componente Recursos Próprios do Tesouro ascendeu-se o valor de 2.032 milhares de Dobras (o que corresponde a 2,8% do PIP, conforme o Gráfico 7). Salienta-se que a componente HIPC ascendeu ao montante de 968 milhares de Dobras (cerca de 1,3% do PIP executado, conforme o Gráfico 7).

– Despesas de Investimento financiadas com Recursos Externos

Os projectos inscritos no PIP nesta componente, são financiados tanto com donativos como com créditos. No período compreendido de Janeiro a Março de 2023, em análise, verifica-se uma execução que ascendeu a 69.151 milhares de Dobras, correspondendo a 4,9% do orçamentado para o ano de 2022, representando cerca de 95,8% do total do PIP executado. Comparativamente a igual período do ano anterior constata-se que o nível de execução alcançado representa um decréscimo de 54,4%. Vale ressaltar, que do montante do PIP executado 91,0% correspondem as despesas financiadas com Donativos (ver Gráfico 7), que registaram uma execução de 65.693 milhares de Dobras, o equivalente a 5,2% do programado no OGE para o ano de 2022 e um decréscimo de 49,3% do executado no mesmo período do ano anterior. Os recursos financiados com créditos tiveram uma execução de 3.458 milhares de Dobras, equivalente a 2,2% do estimado em 2022 e um decréscimo de 84,4% do executado no igual período do ano transacto. É importante mencionar que tanto do lado de Donativos, como de Empréstimos, as informações foram obtidas a partir da consolidação dos projectos financiados directamentos pelos parceiros de desenvolvimento de S.Tomé e Príncipe, sendo que, do lado dos Donativos as informações foram provenientes do AFAP (projectos financiados pelo BM sobre a gestão desta Agência) e, Empréstimos proveniente do BADEA.

#### I.1.5. Despesas Financeiras (Amortização da Dívida Pública)

A razão dos compromissos assumidos para período em análise, observa-se, através da Tabela 9, que as despesas financeiras registaram uma execução no montante de 55.579 milhares de Dobras, cerca de 27,3% do programado no OGE para 2022 e um decréscimo de 8,3% em termos nominais face ao executado no mesmo período do ano transacto, correspondendo desta forma a 9,0% das despesas totais executadas, conforme apresentado no Gráfico 5.

Na análise à Tabela 10, observa-se que até Março do ano 2023, o estoque da dívida pública situou-se em USD 578,6 milhões de Dólares Americanos, um acréscimo de 1,0% quando comparado com o Stock da dívida pública até o final do ano de 2022, correspondendo a 108,6% do PIB programado para o ano 2022, sendo que do montante apurado USD 319,9 milhões correspondem aos atrasados e USD 258,7 milhões correspondem aos sem atrasados. Em

termos de estrutura, nota-se que, 38,9% do estoque da dívida pública referem-se a dívida externa, 16,2% correspondem a dívida interna e 29,7% correspondem a passivos contingentes. Relativo a dívida externa, 38,6% referem-se a dívida multilateral e 61,4% correspondem a dívida bilateral, sendo no circuito desta a que mais se destaca corresponde a dívida dos “Não Clube de Paris” (96,3%), que inclui as dívidas com Portugal e Angola (dívida consolidada). Relativamente à dívida interna, as mesmas ascendem a USD 93,8 milhões, sendo que USD 58,5 milhões (cerca de 62,4% na estrutura do total da dívida interna), correspondem a dívidas com fornecedores e novos atrasados internos e USD 30,3 milhões (cerca de 32,3% da dívida interna) correspondem a emissão do bilhete de Tesouro.

**Tabela 10: Estoque da Dívida Pública até Março de 2023**  
(em milhões de Dólares)

PERÍODOS	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023- Março	Sem atrasados	Atrasados	Estr. %
<b>DÍVIDA DO SECTOR PÚBLICO (DSP) = I+II</b>	<b>278,9</b>	<b>292,0</b>	<b>296,0</b>	<b>500,7</b>	<b>544,4</b>	<b>551,7</b>	<b>573,0</b>	<b>578,6</b>	<b>258,7</b>	<b>319,9</b>	<b>100,0%</b>
<b>DÍVIDA DO GOVERNO CENTRAL (DGC) = I+II</b>	<b>278,9</b>	<b>292,0</b>	<b>296,0</b>	<b>387,6</b>	<b>403,0</b>	<b>390,1</b>	<b>376,6</b>	<b>318,6</b>	<b>254,1</b>	<b>64,5</b>	<b>55,1%</b>
<b>I. DÍVIDA EXTERNA (A+B)</b>	<b>266,7</b>	<b>261,4</b>	<b>264,0</b>	<b>269,9</b>	<b>297,9</b>	<b>298,8</b>	<b>278,2</b>	<b>224,8</b>	<b>218,8</b>	<b>6,0</b>	<b>38,9%</b>
<b>A. Multilateral</b>	<b>40,3</b>	<b>44,5</b>	<b>49,5</b>	<b>54,5</b>	<b>76,9</b>	<b>82,6</b>	<b>86,5</b>	<b>86,8</b>	<b>86,8</b>	<b>0,0</b>	<b>15,0%</b>
<b>B. Bilateral</b>	<b>226,4</b>	<b>216,9</b>	<b>214,5</b>	<b>215,4</b>	<b>221,0</b>	<b>216,2</b>	<b>191,7</b>	<b>138,1</b>	<b>132,1</b>	<b>6,0</b>	<b>23,9%</b>
Clube de Paris	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	5,1	5,1	5,1	0,8	4,3	0,9%
Não Clube de Paris	225,6	216,0	213,6	214,6	220,2	211,1	186,6	133,0	131,3	1,7	23,0%
Div. Comercial	34,3	34,3	34,3	34,3	34,3	34,3	34,3	10,0	10,0	0,0	1,7%
Div. Curto Prazo	39,4	40,7	40,7	35,9	36,0	31,7	31,7	1,7	0,0	1,7	0,3%
<b>II. DÍVIDA INTERNA (C+D)</b>	<b>12,2</b>	<b>30,6</b>	<b>32,0</b>	<b>117,7</b>	<b>105,1</b>	<b>91,3</b>	<b>98,4</b>	<b>93,8</b>	<b>35,3</b>	<b>58,5</b>	<b>16,2%</b>
<b>C.DÍVIDA C/FORNECEDORES+ATRASADOS INTERNOS</b>	<b>12,2</b>	<b>13,6</b>	<b>12,5</b>	<b>88,3</b>	<b>78,9</b>	<b>64,3</b>	<b>61,7</b>	<b>58,5</b>	<b>0,0</b>	<b>58,5</b>	<b>10,1%</b>
Credores / Fornecedores Diversos	12,2	13,6	12,5	13,1	13,4	13,1	13,9	13,9	0,0	13,9	2,4%
Fornecedores Externos	-	-	-	11,6	11,6	11,6	13,6	13,6	0,0	13,6	2,4%
Fornecedores Internos (Indemnizações)	-	-	-	1,5	1,7	1,5	0,3	0,3	0,0	0,3	0,0%
OUTROS	0,2	0,2	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-	0,0%
ATRAS. INTERNOS	0,7	0,8	0,8	1,5	1,7	1,5	0,3	0,3	-	0,3	0,0%
Novos Atrasados Internos <sup>3</sup>	-	-	-	75,2	65,5	51,2	47,7	44,6	0,0	44,6	7,7%
Dívida do Estado às Empresas Privadas	-	-	-	16,3	11,6	10,9	7,9	7,5	0,0	7,5	1,3%
Dívida do Estado às Empresas Públicas	-	-	-	45,7	41,4	29,1	28,7	26,0	0,0	26,0	4,5%
Dívida dos Ministérios aos Terceiros	-	-	-	13,2	12,4	11,3	11,1	11,1	0,0	11,1	1,9%
<b>D. DÍVIDA CONTRAÍDA PELO TESOUREO PÚBLICO</b>	<b>0,0</b>	<b>17,0</b>	<b>19,5</b>	<b>29,4</b>	<b>26,2</b>	<b>26,9</b>	<b>36,7</b>	<b>35,3</b>	<b>35,3</b>	<b>0,0</b>	<b>6,1%</b>
Bilhetes de Tesouro (BT's) de 1 ano	0,0	17,0	19,5	29,4	26,2	26,9	31,7	30,3	30,3	0,0	5,2%
Afriland First Bank	-	0,8	0,3	0,0	0,2	3,9	3,9	4,4	4,4	0,0	0,8%
BISTP	-	10,5	13,7	25,5	18,7	16,7	17,3	16,2	16,2	0,0	2,8%
BGFI	-	2,9	3,2	1,4	0,9	2,1	4,4	4,4	4,4	0,0	0,8%
Ecobank STP	-	2,8	2,3	1,6	5,7	3,2	4,8	4,0	4,0	0,0	0,7%
Encargos com a emissão dos BT's	-	-	-	0,9	0,7	1,0	1,3	1,3	1,3	0,0	0,2%
BISTP - Pagamento à ENCO	-	-	-	-	-	-	5,0	5,0	5,0	0,0	0,9%
<b>III. PASSIVOS CONTINGENTES' (E+F+G)</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>113,1</b>	<b>141,4</b>	<b>161,6</b>	<b>196,4</b>	<b>260,0</b>	<b>4,6</b>	<b>255,4</b>	<b>44,9%</b>
<b>E. Dívida Externa Bilateral Garantida<sup>13</sup></b>	<b>-</b>	<b>54,3</b>	<b>0</b>	<b>54,3</b>	<b>9,4%</b>						
<b>F. Total das Estatais (SOE)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>113,1</b>	<b>141,4</b>	<b>161,6</b>	<b>196,4</b>	<b>205,7</b>	<b>4,6</b>	<b>201,1</b>	<b>35,6%</b>
Dívida das Empresas Estatais Garantidas (carta con % dos Passivos Contingentes)	-	-	-	10,4	7,7	6,1	4,8	4,6	4,6	0,0	0,8%
SMF - Carta de Conforto	-	-	-	3,1	1,6	0,7	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0%
ENAPORT - Carta de Conforto	-	-	-	2,1	2,0	1,8	1,6	1,6	1,6	0,0	0,3%
EMAE - Carta de Conforto	-	-	-	3,1	2,1	1,7	1,4	1,3	1,3	0,0	0,2%
AGER - Carta de Conforto	-	-	-	2,2	2,0	1,9	1,8	1,8	1,8	0,0	0,3%
<b>Dívida das Empresas Estatais Não-Garantidas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>102,7</b>	<b>133,7</b>	<b>155,5</b>	<b>191,6</b>	<b>201,1</b>	<b>0,0</b>	<b>201,1</b>	<b>34,8%</b>
EMAE/ENCO	-	-	-	99,5	120,1	142,8	178,3	188,7	0,0	188,7	32,6%
EMAE/HIDROEQUADOR	-	-	-	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	0,0	3,2	0,6%
ESTADO/ENCO/SONANGOL	-	-	-	-	10,4	9,5	10,0	9,3	0,0	9,3	1,6%

Fonte: GDP/DT- MPFEA

## I.1.6. Principais Saldos Orçamentais

### I.1.6.1. Saldo Corrente

Este saldo obtém-se, pela diferença entre as Receitas Correntes e as Despesas de Funcionamento. Conforme apresentado na Tabela 11, verifica-se que no período em análise registou-se um saldo corrente base compromisso negativo de 165.790 milhares de Dobras, contra o défice de 97.578 milhares de Dobras, apurado no mesmo período do ano 2022, representando um agravamento em cerca de 68.212 milhares de Dobras. Desta forma conclui-se que as receitas correntes continuaram sendo insuficientes para cobrir as despesas de funcionamento, fruto de baixa arrecadação das mesmas.

**Tabela 11: Principais Saldos Orçamentais até Março de 2023**

(em milhares de Dobras)

Saldos	Real	OGE	Jan - Mar.	OGE	Jan - Mar.	%	%	%
	2021	2022	2022	2022	2023	Exec.	V.H.	PIB
Saldo Corrente	-497 539	-410 801	-97 578	-410 801	-165 790	40,4	69,9	-1,4
Saldo Corr. excl. receitas petróleo	-561 765	-412 928	-100 690	-412 928	-182 425	44,2	81,2	-1,5
Saldo Primário Doméstico	-391 024	-338 905	8 281	-338 905	-144 286	42,6	-1842,4	-1,2
Saldo Global	-504 755	-455 985	-159 155	-455 985	-110 525	24,2	-30,6	-0,9

Fonte: TOFE - DCP/DT-MPFEA

### I.1.6.2. Saldo Primário

O Saldo primário, por seu turno, é o principal indicador de gestão das finanças públicas. Representa a diferença entre as receitas correntes (excluindo rendimentos provenientes de petróleo) e despesas primárias. Este saldo diz-nos em que medida as receitas internas arrecadadas pelo Estado são suficientes para cobrir as despesas primárias num determinado período, ou seja, verifica se o Estado sobrevive com o que arrecada. Deste modo, a execução orçamental que cobre o período de Janeiro a Março de 2023, registou um saldo primário base compromisso deficitário no valor de 144.286 milhares de Dobras, contra o superávit de 8.281 milhares de Dobras registado em igual período de 2022 (cf. Tabela 11). O déficite primário obtido neste período em análise, corresponde a equivale a 1,18% do PIB programado para o ano de 2022.

### I.1.6.3. Saldo Global

O saldo global representa a diferença entre as Receitas Efectivas e Despesas Totais, depois de deduzidas as variações dos atrasados num determinado período. Conforme as informações apresentadas através da Tabela 11, apurou-se no período compreendido de Janeiro a Março de 2023, um saldo global base caixa negativo de 110.525 milhares de Dobras, contra os 159.155 milhares de Dobras negativo, registado no igual período de 2022.

## I.1.7. Financiamento do Défice Global

### I.1.7.1. Financiamento Interno

Até o final do mês de Março de 2023, o saldo global apurado foi negativo no valor de 110.525 milhares de Dobras, que corresponde a uma execução de 24,2% em relação ao programado para o ano, e uma redução de 30,6% do que foi mobilizado no mesmo período do ano transacto. Este resultado do défice global registado, deve-se ao modesto nível de arrecadação das receitas e consequente pressão do lado das despesas, bem como outros compromissos assumidos, permitiram que se utilizasse a emissão de BT (Bilhete de Tesouro), como uma das fontes de financiamento interno. Assim, destaca-se o desembolso Líquido do Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) relativos a emissão de Bilhetes de Tesouro (BT), que permitiu a mobilização de recursos próprios, em termos líquidos de 20.000 milhares de Dobras, para cobrir os BTs que iam-se vencer, em conformidade com a Norma de Aplicação Permanente do BCSTP – NAP 14/2015 e o Decreto-lei n.º 2/2014, de 27 de Fevereiro, que aprova o Regime Jurídico do BT. Contou-se com o financiamento do HIPC no valor de 28.770 milhares de Dobras.

Salienta-se que a não aprovação antepada do OGE para o ano em análise, condicionou a entrada de valores direccionados ao financiamento interno sobretudo da CNP (20% do saldo anual da NOA OFFSHORE).

**Tabela 12: Resumo do Financiamento do Défice Global**

(em milhares de Dobras)

Itens	Real	OGE	Jan - Mar.	OGE	Jan - Mar.	%	%	%
	2021	2022	2022	2022	2023	Exec.	V.H.	PIB
FINANCIAMENTO	504 755	455 985	159 155	455 985	110 525	24,2	-30,6	0,9
Financiamento Interno <i>dos quais</i>	280 789	57 500	59 201	57 500	7	0,0	-100,0	0,0
<i>Receitas de Alienação</i>	550	2 500	31	2 500	7	0,3	-76,7	0,0
<i>Transferências CNP</i>	67 925	55 000	59 170	55 000	0	0,0	-100,0	0,0
BCSTP (DIR.ESP.SAQUE-DES)	212 314	0	0	0	0	...	...	0,0
Financiamento Externo <i>dos quais</i>	162 283	398 485	8 306	398 485	3 458	0,9	-58,4	0,0
<i>Desembolsos para Projectos</i>	48 054	311 642	8 306	311 642	3 458	1,1	-58,4	0,0
Mov. Contas do Tesouro	250 395	0	-39 541	0	198 248	...	-601,4	1,6
Rec. e Desp. de Serviços nos Bancos	-18 741	0	1 115	0	-6 190	...	-655,2	-0,1
BT Líquido	2 500	0	23 000	0	-20 000	...	-187,0	-0,2
BCSTP - Adiantamentos Líquido	0	0	29 316	0	0	...	-100,0	0,0
NOA OFFSHORE (Líquido)	-7 581	0	56 247	0	-16 309	...	-129,0	-0,1
Outros Financiamentos(BISTP)	0	0	0	0	0	...	...	0,0
Discrepância Financeira (Saldo a tr	-164 890	0	80 680	0	-48 688	...	-160,3	-0,4

Fonte: TOFE - DCP/DT-MPFEA

### I.1.7.2. Financiamento Externo

O financiamento externo é composto por Donativos e Créditos. Do lado do donativo, no decorrer dos primeiros três meses de 2023, contou-se com o donativo do Banco Mundial, no âmbito de Projectos financiados pela referida organização, sobre a gestão do AFAP no valor de 64.578 milhares de Dobras, donativo do Governo Japonês (proveniente da venda de arroz) no valor de 18.731 milhares de Dobras, donativo da Nigéria no valor de 22.153 milhares de Dobras e donativo do Governos Português no valor de 3.733 milhares de Dobras; perfazendo desta forma o total de 109.195 milhares de Dobras, representando desta forma 8,7% do programado para o ano e um acréscimo de 90,1% em relação ao igual período de 2022.

Do lado de Crédito, registou-se o total de 3.458 milhares de Dobras, proveniente do desembolso do BABEA no quadro de continuação do projecto de abastecimento de Água em Santana e Água-Izé

O valor total registado representa 1,1% do programado para o ano e um decréscimo de 54,8% em relação ao registado no período homólogo do ano precedente.

## PARTE II: ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

### II.1. Análise da Execução Orçamental

#### II.1.1. Por Classificação Orgânica

De acordo a Tabela 13, é visível que o órgão como Encargo Geral do Estado (EGE) e o Ministério de Educação e Ensino Superior (MEES) foram os que obtiveram maior montante executado, correspondente a 121.180 milhares de Dobras e 118.262 milhares de Dobras respectivamente.

Por conseguinte, verifica-se que dentro da Execução da Despesa por Classificação Orgânica, os órgãos que alcançaram maior nível de execução foram o Ministério Justiça, Administração Pública e de Direitos Humanos (MJAPDH) com 24,3% da dotação final, correspondente a 19.308 milhares de Dobras, em sequência a Câmara Distrital de Água Grande (CDAG) com 23,8% da dotação final, o equivalente a 5.264 milhares de Dobras, e por último o Ministério de Defesa e Ordem Interna (MDOI) com 23,0% da dotação final, correspondente a 72.861 milhares de Dobras. Por outro lado, ficando os órgãos como Ministério dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização (MAPRED), Ministério da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural (MAPDR) e Ministério da Juventude e Desporto (MJDE) com nível de execução mais baixa correspondente a 0,1%, 2,7% e 3,9% respectivamente o equivalente a 37 milhares de Dobras, 5.711 milhares de Dobras e 2.025 milhares de Dobras.

**Tabela 13: Execução por Classificação Orgânica**

(em milhares de Dobras)

Órgãos	Inicial	Corrigida	Cabimentada	Liquidada	Paga	% Exec.	% Estr
A N	134 141,10	134 141,10	15 000,00	15 000,00	15 000,00	11,2	2,4
TC	31 121,00	31 121,00	4 200,00	4 200,00	4 200,00	13,5	0,7
TCO	15 015,00	15 015,00	1 722,88	1 722,88	1 722,88	11,5	0,3
TJ	38 778,00	38 778,00	8 269,52	8 269,52	8 269,52	21,3	1,3
PR	15 860,00	15 860,00	3 547,64	3 547,64	3 547,64	22,4	0,6
GPM	72 769,11	72 769,11	11 771,68	11 771,68	10 499,51	16,2	1,9
PGR	29 823,19	29 823,19	4 043,80	4 043,80	3 796,66	13,6	0,7
MDOI	316 416,09	316 416,09	72 860,53	72 860,53	67 660,07	23,0	11,8
MNEC	135 988,70	135 988,70	13 963,64	13 963,64	13 667,21	10,3	2,3
MJAPDH	79 513,45	79 513,45	19 307,59	19 307,59	18 381,75	24,3	3,1
MTSFFP	44 921,48	44 921,48	4 965,98	4 965,98	4 350,74	11,1	0,8
MPFEA	263 781,12	263 781,12	44 455,36	44 455,36	41 496,68	16,9	7,2
MTCCI	39 928,31	39 928,31	4 648,10	4 648,10	3 812,31	11,6	0,8
MEES	662 778,72	662 778,72	118 262,30	118 262,30	113 631,69	17,8	19,2
MAPRED	59 360,32	59 360,32	38,60	38,60	-	0,1	0,0
MOPIRNA	352 904,99	352 904,99	50 786,70	50 786,70	49 083,62	14,4	8,2
MS	497 299,36	497 299,36	65 174,81	65 174,81	61 742,54	13,1	10,6
MJDE	51 375,98	51 375,98	2 024,86	2 024,86	1 681,91	3,9	0,3
MAPDR	211 075,21	211 075,21	5 710,80	5 710,80	4 610,82	2,7	0,9
GRP	124 323,35	124 323,35	28 326,33	28 326,33	28 326,33	22,8	4,6
CDAG	22 123,00	22 123,00	5 263,81	5 263,81	5 263,81	23,8	0,9
CDCG	10 325,39	10 325,39	1 950,00	1 950,00	1 950,00	18,9	0,3
CDCAUE	9 375,26	9 375,26	1 565,90	1 565,90	1 565,90	16,7	0,3
CDLMB	10 932,98	10 932,98	1 581,00	1 581,00	1 581,00	14,5	0,3
CDLOBTA	17 619,83	17 619,83	3 108,00	3 108,00	3 108,00	17,6	0,5
MDMZ	13 518,91	13 518,91	2 385,00	2 385,00	2 385,00	17,6	0,4
EGE	609 915,15	609 915,15	121 180,07	121 180,07	104 721,80	19,9	19,7
<b>Total Geral</b>	<b>3 870 985,00</b>	<b>3 870 985,00</b>	<b>616 114,89</b>	<b>616 114,89</b>	<b>576 057,38</b>	<b>15,9</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DCP-MPFEA

Com relação a estrutura das despesas por classificação orgânica observa-se que os órgãos como, os Encargos Gerais do Estado (EGE), Ministério de Educação e Ensino Superior (MEES) e o Ministério da Defesa e Ordem Interna (MDOI) foram os que mais contribuíram dentro da estrutura com 19,7%, 19,2% e 11,8% respectivamente. A contribuição registada relativamente a execução das despesas deveu-se:

- O EGE com 19,7%, onde se destaca a execução das acções “2307 - Complemento p/ manutenção e Funcionamento das Unidades” ,”6040 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço Água Energia”, ”2456 - Amortização da Dívida Pública” e “6043 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicação”.
- MEES com 19,2%, devido a execução das acções “1001 - Despesa com Pessoal”, “ 200 - Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “ 3840 - Bolsa Externas (licenciatura, Mestrado e Doutoramento) ”, “ 6587 - Funcionamento da Faculdade de Ciência e Tecnologia”, “ 5768 - Construção do Liceu”, “ 6533 - Construção de Liceu em Angolares” e “6462 - Ampliação da Escola Secundária em Diogo Simão”.
- MDOI com 11,8%,foi principalmente pela execução das actividades e dos projectos como “1001 - Despesa Com Pessoal”, “2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade” e “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”.

### II.1.2. Por Classificação Funcional

A execução orçamental por classificação funcional (conforme a tabela 14), verificamos que Serviços Públicos Gerais, Educação e Encargos Financeiros atingiram maior montante executado correspondente a 214.252 milhares de Dobras, 118.039 milhares de Dobras e 90.569 milhares de Dobras, respectivamente.

Ainda no âmbito da análise, constatou-se que a função Ambiente foi a que atingiu a maior taxa de execução com 127, 4% da dotação corrigida, correspondente a 16.830 milhares de Dobras, em seguida Combustível e Energia, com 47,4% da dotação corrigida, o equivalente a 27.278 milhares de Dobras e por último o Encargos Financeiros, com 25,6 % da dotação corrigida, correspondente a 90.569 milhares de Dobras.

Também foi verificado nesta classificação uma função (Outros Serviços Económicos) onde foi apresentado dotação da despesa mas, contudo não houve realização dessas mesmas despesas para o referido período em análise.

**Tabela 14: Execução por Classificação Funcional**  
(em milhares de Dobras)

Função	Inicial	Corrigida	Cabimentada	Liquidada	Paga	% Exec.	% Estr
Serviços Públicos Gerais	1 222 330,39	1 222 330,39	214 251,46	214 252,00	183 419,41	17,5	34,8
Defesa Nacional	286 957,48	286 957,48	64 223,30	64 223,30	64 223,30	22,4	10,4
Segurança Interna e Ordem Pública	37 375,44	37 375,44	4 079,57	4 079,57	4 079,57	10,9	0,7
Educação	661 409,21	661 409,21	118 038,81	118 038,81	113 408,20	17,8	19,2
Saúde	498 238,36	498 238,36	65 091,30	65 091,30	61 659,03	13,1	10,6
Segurança e Assistência Social	122 285,04	122 285,04	3 077,79	3 077,79	3 077,79	2,5	0,5
Habituação e Serviços Comunitários	90 996,23	90 996,23	241,49	241,49	241,49	0,3	0,0
Cultura e Desporto	63 238,71	63 238,71	2 521,96	2 521,96	2 179,01	4,0	0,4
Combustíveis e Energia	57 527,55	57 527,55	27 277,82	27 277,82	27 277,82	47,4	4,4
Agricultura e Pesca	205 467,61	205 467,61	4 425,84	4 425,84	4 425,84	2,2	0,7
Transportes e Comunicações	209 230,37	209 230,37	3 075,00	3 075,00	2 255,91	0,0	0,5
Comércio e Serviços	19 808,53	19 808,53	2 035,52	2 035,52	2 035,52	10,3	0,3
Trabalho	3 328,04	3 328,04	375,15	375,15	375,15	11,3	0,1
Ambiente	13 212,77	13 212,77	16 830,03	16 830,03	16 830,03	127,4	2,7
Outros Serviços Económicos	25 500,00	25 500,00	-	-	-	0,0	0,0
Encargos Financeiros	354 079,26	354 079,26	90 569,30	90 569,30	90 569,30	25,6	14,7
<b>Total Geral</b>	<b>3 870 985,00</b>	<b>3 870 985,00</b>	<b>616 114,35</b>	<b>616 114,89</b>	<b>576 057,38</b>	<b>15,9</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DCP-MPFEA

Dentro da estrutura das despesas por classificação funcional, observa-se que as funções como de Serviços Públicos Gerais, Educação e Encargos Financeiros foram as que mais contribuíram dentro da estrutura com 34,8%, 19,2% e 14,7% respectivamente. O nível de execução dessas despesas deveu-se essencialmente a:

- Função Serviços Público Gerais, devido principalmente a execução das acções de actividades e projecto como “1001 - Despesa Com Pessoal”, “6040 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço Água Energia”, “2307 - Complemento p/ manutenção e Funcionamento das Unidades” e “2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado”.
- Na função Educação, foi sobretudo pela execução das actividades e dos projectos “1001 - Despesa com Pessoal”, “6587 - Funcionamento da Faculdade de Ciência e Tecnologia”, “6801 - Reabilitação de Infra-estruturas Escolares” e “6533 - Construção de Liceu em Angolares”.
- Função Encargos Financeiros, pela execução, sobretudo das acções das actividades e projectos como “2424 - Pagamento da Dívida Pública”, “2404 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Água Grande”, “2410 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Lobata”, “2405 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Água Grande” e “2413 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Lembá”.

### II.1.3. Por Localização Geográfica

No que se refere a execução das despesas por localização geográfica, como retrata na Tabela 15, constatou-se que a localização geográfica como Nacional, Príncipe e São Tomé, foram as que alcançaram maior montante executado em 544.653 milhares de Dobras, 28.370 milhares de Dobras e 22.599 milhares de Dobras respectivamente.

Em termos percentuais, a localização geográfica “Príncipe” é a que apresenta uma maior execução com 21,9% da dotação final, seguidamente as localizações geográficas de São Tomé e Nacional com 18,5% e 17,2%, respectivamente da dotação corrigida .

De acordo a estrutura, a localização geográfica Nacional tem a maior representatividade com 88,4%. Em seguida a localização geográfica Príncipe com 4,6%, a localização geográfica São Tomé com uma representatividade de 3,7%, e por fim a localização Agua Grande com 1,0% e restantes localização apresentaram percentagem abaixo de 1,0%.

**Tabela 15: Execução por Localização Geográfica**  
(em milhares de Dobras)

Localização Geográfica	Inicial	Corrigida	Cabimentada	Liquidada	Paga	% Exec.	% Estr
Nacional	3 172 544,13	3 172 544,13	544 653,48	544 653,48	504 595,97	17,2	88,4
São Tomé	121 939,74	121 939,74	22 599,33	22 599,33	22 599,33	18,5	3,7
Príncipe	129 401,35	129 401,35	28 370,06	28 370,06	28 370,06	21,9	4,6
Agua Grande	136 716,87	136 716,87	6 231,41	6 231,41	6 231,41	4,6	1,0
Me-Zochi	94 897,91	94 897,91	2 385,00	2 385,00	2 385,00	2,5	0,4
Cantagalo	58 525,39	58 525,39	5 407,70	5 407,70	5 407,70	9,2	0,9
Lembá	18 443,38	18 443,38	1 592,67	1 592,67	1 592,67	8,6	0,3
Lobata	55 129,25	55 129,25	3 194,32	3 194,32	3 194,32	5,8	0,5
Caué	83 386,98	83 386,98	1 680,93	1 680,93	1 680,93	2,0	0,3
<b>Total Geral</b>	<b>3 870 985,00</b>	<b>3 870 985,00</b>	<b>616 114,89</b>	<b>616 114,89</b>	<b>576 057,38</b>	<b>15,9</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DCP-MPFEA

Concernente a localização geográfica Nacional como acima mencionado, que teve maior destaque em termo da estrutura, esta foi dada pela concentração da execução das acções “1001 - Despesa com Pessoal”, “ 6040 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço Água Energia”, “2456 - Amortização da Dívida Pública”, “ 3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”.

### II.1.4. Por Fonte de Recursos

Na Tabela 16, observa-se que a maior execução foi dada por financiamento interno que obteve 22,2%, correspondente a um montante de 546.964 milhares de Dobras. Essa percentagem foi maioritariamente financiada por Recursos Ordinários de Tesouro que atingiu o montante de 512.353 milhares de Dobras, que corresponde a um nível de execução de 22,0% da dotação corrigida.

Ainda analisando a Tabela 16, é visível que financiamento interno também predomina em termo estrutural com 88,8%, com maior contributo a Recursos Ordinários de Tesouro com 93,7%. Esta contribuição deve-se fundamentalmente pela execução das acções como “1001 – Despesas com Pessoal”, “2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “2307 - Complemento p/ manutenção e Funcionamento das Unidades”, “2402 - Transferência Corrente para Região Autónoma de Príncipe - RAP”, “6040 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço Água Energia”.

Relativamente às despesas efectuadas com recursos externos, alcançou-se o montante de 69.151 milhares de Dobras que corresponde uma realização de 4,9% da dotação corrigida, este montante foi impulsionado principalmente pelos Donativos no montante de 65.693 milhares de Dobras, que corresponde a uma realização de 5,2% da dotação final e por sua vez corresponde a 95,0% dentro da estrutura. Estas foram destacadas nas execuções das despesas relacionadas com as acções como “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde”, “2478 - Aquisição de Reagentes e Consumíveis para Sistema Sanitário”, “6497 - ”.

**Tabela 16: Execução por Fonte de Recursos**  
(em milhares de Dobras)

Fonte de Recurso	Inicial	Corrigida	Cabimentada	Liquidada	Paga	% Exec.	% Estr
<b>Financiamento Interno</b>	<b>2 461 985,00</b>	<b>2 461 985,00</b>	<b>546 964,32</b>	<b>546 964,32</b>	<b>506 906,81</b>	<b>22,2</b>	<b>88,8</b>
Tesouro	2 324 615,00	2 324 615,00	512 352,96	512 352,96	472 295,45	22,0	93,7
Consignados	99 883,00	99 883,00	33 643,76	33 643,76	33 643,76	33,7	6,2
HIPC	37 487,00	37 487,00	967,60	967,60	967,60	2,6	0,2
<b>Financiamento Externo</b>	<b>1 409 000,00</b>	<b>1 409 000,00</b>	<b>69 150,58</b>	<b>69 150,58</b>	<b>69 150,58</b>	<b>4,9</b>	<b>11,2</b>
Donativo	1 252 000,00	1 252 000,00	65 692,88	65 692,88	65 692,88	5,2	95,0
Empréstimo	157 000,00	157 000,00	3 457,70	3 457,70	3 457,70	2,2	0,6
<b>Total Geral</b>	<b>3 870 985,00</b>	<b>3 870 985,00</b>	<b>616 114,89</b>	<b>616 114,89</b>	<b>576 057,38</b>	<b>15,9</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DCP-MPFEA

Quanto a fonte de recurso Empréstimo, esta teve um nível de execução que atingiu aos 2,2% da dotação final, alcançando ao montante de 3.458 milhares de Dobras, contribuindo assim em 0,6% na sua estrutura.

### II.1.5. Por Tipologia de Despesas

No 1º trimestre de 2023, a execução das despesas por tipologia de acordo a tabela nº 17 demonstra que as tipologias de despesas de Actividades e Consignadas (correspondem as despesas de funcionamento) tiveram uma taxa de execução da dotação corrigida de cerca de 21,8% e 36,3% (o correspondente a 454.742 milhares de Dobras e 33.644 milhares de Dobras), sendo por parte das consignadas, justificada pela acção “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”. Entretanto, a tipologia da despesa Operações Especiais (relativas a

Amortização da Dívida Pública, ou seja, correspondem as despesas financeiras que constam no TOFE), teve uma execução para o período em análise, face à respectiva dotação corrigida, de 27,3%.

Em relação aos dados da realização na tipologia de Projectos, cuja execução representam exclusivamente as despesas de índole corrente de natureza contínua, consta - se uma execução que atingiu o montante de 72.150 milhares de Dobras, o que representa 4,9% da dotação corrigida que reflectem as despesas relativamente como exemplo: “1001 - Despesa Com Pessoal”, “1005 - Transferência para Funcionamento da Presidência da República” e “2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade”.

**Tabela 17: Execução por Tipologia Despesas**  
(em milhares de Dobras)

Tipologia da Despesa	Inicial	Corrigida	Cabimentada	Liquidada	Paga	% Exec.	% Estr
Actividades	2 090 085,00	2 090 085,00	454 741,52	454 741,52	414 684,01	21,8	73,8
Consignadas	92 716,00	92 716,00	33 643,76	33 643,76	33 643,76	36,3	5,5
Operações Especiais	203 833,00	203 833,00	55 579,14	55 579,14	55 579,14	27,3	9,0
Projectos	1 484 351,00	1 484 351,00	72 150,48	72 150,48	72 150,48	4,9	11,7
<b>Total Geral</b>	<b>3 870 985,00</b>	<b>3 870 985,00</b>	<b>616 114,89</b>	<b>616 114,89</b>	<b>576 057,38</b>	<b>15,9</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DCP-MPFEA

Em termos de estrutura das despesas totais (616.115 milhares de Dobras), o destaque recai na tipologia de despesa Actividades que representa por si só 73,8% do total executado no ano em apreço e em seguida a tipologia Projectos com uma contribuição cifrada em 11,7% do total executado no mesmo período em análise.